



DECRETO 11.100 / 2020

Estabelece orientações aos órgãos públicos da administração direta e indireta quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de âmbito internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DE PARÁ DE MINAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VI c/c 107, I “c”, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e

CONSIDERANDO o Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária, Versão 8, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) do Ministério da Saúde notadamente na previsão de afastamentos e retorno às atividades para profissionais da saúde;

CONSIDERANDO o Boletim Epidemiológico 08 do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, naquilo que se refere aos afastamentos e retorno às atividades de profissionais da saúde;

CONSIDERANDO a Nota Técnica COES MINAS COVID-19 nº 20/2020 de 03 de abril de 2020 do Centro de Operações de Emergência em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e;

CONSIDERANDO finalmente o teor do Memorando 150/2020 oriundo do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1.º Os servidores públicos efetivos e comissionados, bem como os contratados e estagiários que apresentarem sintomas associados ao Coronavírus (COVID-19), conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde, deverão se isolar em casa até 14 (quatorze) dias ou pelo período indicado no atestado médico, mediante apresentação do Termo de Responsabilidade de Isolamento Domiciliar.

Parágrafo único. O retorno ao trabalho de profissional da seara da saúde e da segurança pública, após afastamento decorrente da situação prevista no *caput*, deverá atender a uma das condições delineadas no quadro abaixo:

| Disponibilidade de teste | Condição de Retorno ao Trabalho | Observações |
|-----------------------------|---------------------------------|--|
| Teste disponível (RT-PCR ou | Teste negativo | Condições necessárias para realização do teste serológico em profissional de saúde: |



| | | |
|--------------------|---|---|
| sorológico) | | <ul style="list-style-type: none">• A partir do oitavo dia do início dos sintomas E• Mínimo de 72 horas assintomático* Usar máscara cirúrgica ao retornar ao trabalho, mantendo o seu uso por até 14 dias do início dos sintomas Se teste positivo, o profissional deverá cumprir 14 dias de isolamento domiciliar, a contar do início dos sintomas. |
| Teste indisponível | <ul style="list-style-type: none">- Mínimo de 72 horas assintomático E- Mínimo de 7 dias após o início dos sintomas | Usar máscara cirúrgica ao retornar ao trabalho, mantendo o seu uso por até 14 dias do início dos sintomas |

*A necessidade de atingir 72hs de período assintomático para os profissionais, antes da realização do teste, se deva a evidência de redução importante da viremia após 72 horas do fim dos sintomas [26]. Essa medida permite que o grau de transmissibilidade do profissional seja reduzido, mesmo na eventualidade de um resultado falso-negativo.

Art. 2.º Deverão isolar-se socialmente e, sendo possível, executarão suas atividades remotamente enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19):

I- Os servidores públicos efetivos e comissionados, contratados e estagiários:

- a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- a) Com cardiopatias graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica);
- b) Com pneumopatias graves ou descompensados (asma moderada/grave, DPOC);
- c) Imunodepressão;
- d) Com doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);
- e) Com diabetes mellitus, conforme juízo clínico;
- f) Com doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica; e
- g) Gestação de alto risco.
- h) Doença hepática em estágio avançado
- i) Obesidade (IMC ≥ 40)

II- Isolamento social em casa, por até 14 (quatorze) dias, de servidor, temporário ou estagiário que coabite com paciente com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19,



§1.º A previsão do inciso II não se aplica aos profissionais de saúde e segurança pública contactantes domiciliares **assintomáticos** de pacientes suspeitos ou confirmados de Síndrome Gripal, os quais seguirão as orientações do Ministério da Saúde, sendo:

- a) contactantes não domiciliar: sem recomendação de afastamento e
- b) contactante domiciliar afastamento do profissional por 7 dias, a contar do início dos sintomas do caso. Retorno ao trabalho após 7 dias, se permanecer assintomático. O profissional deverá utilizar-se de máscara cirúrgica, ao retorno ao trabalho, até completar 14 (quatorze) dias, a contar do primeiro dia dos sintomas do contato domiciliar.

§2.º A comprovação de doenças, patologias ou condições previstas no inciso I ocorrerá mediante autodeclaração e documentos comprobatórios que já possua, como receituário e relatório médico, resultados de exames. Os documentos referidos serão entregues a respectiva secretaria/órgão de lotação.

§3.º A condição de que trata o inciso II ocorrerá mediante apresentação do Termo de Responsabilidade de Isolamento Domiciliar e comprovação de coabitação por meio de comprovante de residência. Os documentos referidos serão entregues a respectiva secretaria/órgão de lotação.

§4.º Em caso de impossibilidade de afastamento de profissionais da saúde com patologias ou condições descritas no rol no inciso I deste artigo, estes não deverão realizar atividades de assistência a pacientes suspeitos ou confirmados de Síndrome Gripal. Preferencialmente deverão ser mantidos em atividades de gestão, suporte, assistência nas áreas onde NÃO são atendidos pacientes suspeitos ou confirmados de Síndrome Gripal. A comprovação das condições previstas neste parágrafo se dará mediante a exigência prevista no §1.º a ser entregue ao superior hierárquico imediato.

§5º A prestação de informação falsa sujeitará o servidor efetivo, comissionado, contratado ou estagiário às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

Art. 3.º Serão convocados servidores (efetivos e comissionados), temporários (contratados) e estagiários de outras secretarias para compor equipe necessária de enfrentamento desta epidemia. Caso o servidor convocado seja de grupo de risco será alocado para desempenho de atribuições em áreas e tarefas de menor risco.

Art. 4.º Sem prejuízo do disposto neste Decreto, o Secretário ou autoridade máxima do órgão poderá adotar uma ou mais das seguintes medidas de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade:

- I- Adoção de regime de jornada em:
 - a) Turnos alternados de revezamento; e
 - b) Trabalho remoto, que abranja a totalidade ou percentual das atividades desenvolvidas pelos servidores ou empregados públicos do órgão ou entidade;
- II- Melhor distribuição física da força de trabalho presencial, com o objetivo de evitar a concentração e a proximidade de pessoas no ambiente de trabalho; e



III- Flexibilização dos horários de início e término da jornada de trabalho, inclusive dos intervalos de intrajornada, mantida a carga horária diária e semanal prevista em Lei para cada caso.

Parágrafo único. A adoção de quaisquer das medidas previstas no *caput* ocorrerá sem a necessidade de compensação de jornada e sem prejuízo da remuneração.

Art. 5.º Caberá ao Secretário ou à autoridade máxima do órgão, assegurar a preservação e um funcionamento mínimo de 30% das atividades administrativas, excetuados os serviços considerados essenciais, utilizando com razoabilidade os instrumentos previstos neste Decreto, a fim de assegurar a continuidade da prestação do serviço público.

Art. 6.º Ficam revogados os Decretos n.ºs 11.048 de 16 de março de 2020 e 11.076 de 13 de abril de 2020.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pará de Minas (MG), 29 de abril de 2020.


ELIAS DINIZ
Prefeito de Pará de Minas

